

# Bancos devem aprovar esta semana nova prorrogação dos empréstimos

---

EDGARDO COSTA REIS  
Correspondente

---

WASHINGTON — O Presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, espera concluir, nos próximos dois ou três dias, a prorrogação do acordo que permite ao Brasil pagar apenas os juros da dívida e manter abertas as linhas de crédito comerciais e interbancárias.

E antes de iniciar as negociações com os bancos, hoje, em Nova York, Lemgruber esteve ontem em Washington para discutir com o Fundo Monetário Internacional (FMI) os termos do telex que o Diretor-Gerente da instituição, Jacques de Larosière, deverá enviar aos bancos com o "sinal verde" para a prorrogação.

— Não vemos muitas dificuldades — disse Lemgruber sobre a prorrogação, durante rápida entrevista ao sair da sede do FMI, onde almoçou com o Vice de Larosière (que se encontra em Paris), Richard Erb; o Diretor da Área do Atlântico, Thomas Reichman; Ana Maria Jul e outros técnicos do Fundo ligados ao programa brasileiro.

O Presidente do Banco Central esteve ainda com o seu colega do Federal Reserve (o Banco Central dos Estados Unidos),

Paul Volcker, antes de seguir para Nova York.

— Foi um encontro de cortesia — disse Lemgruber.

Além da cortesia, Lemgruber pretendia explicar a Volcker os detalhes da nova prorrogação do acordo (que expira no fim deste mês) com os bancos. A prorrogação poderá cobrir um período maior que os tradicionais 90 dias das anteriores. A participação do Federal Reserve não era tão importante. O Federal Reserve interveio nas prorrogações anteriores para atrair bancos americanos que estavam indecisos.

● O controle dos preços e dos salários, a criação de uma nova moeda — o austral — e a promessa do Governo de não emitir moeda para cobrir seu déficit fiscal, foram medidas, de acordo com artigo publicado ontem pelo New York Time, aprovadas pelo povo argentino, fazendo com que o Presidente Alfonsín aumentasse sua popularidade. Segundo o jornal, o setor privado recebeu bem o anúncio de que serão abolidas as tarifas para exportação, até então uma das maiores fontes de dívidas do Governo argentino. Da mesma forma, a permissão para vender petróleo cru e refinado pela estatal de petróleo, mereceu aprovação do povo daquele país.